

Programa de Concurso

DPCP2023CP35

CONCURSO PÚBLICO

Aquisição de serviços de higiene e limpeza e fornecimento de consumíveis de casa de banho para a Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (IAPMEI), para o ano 2024

2023

ÍNDICE

SECÇÃO I – Disposições Gerais	3
Artigo 1º Objeto do Concurso	3
Artigo 2º Entidade Adjudicante	3
Artigo 3º Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4º Plataforma eletrónica	3
Artigo 5º Órgão competente para prestar esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais	3
SECÇÃO II – Critério de Adjudicação e Preço Base.....	4
Artigo 6º Preço Base	4
Artigo 7º Critério de adjudicação	4
Artigo 8º Critério de desempate	5
SECÇÃO III – Propostas.....	5
Artigo 9º Modo e prazo para apresentação de propostas	5
Artigo 10º Idioma dos documentos da proposta	6
Artigo 11º Proposta	6
Artigo 12º Documentos que constituem a proposta.....	6
Artigo 13º Proposta com variantes	7
SECÇÃO IV – Análise das propostas	7
Artigo 14º Análise das propostas	7
SECÇÃO V – Adjudicação	8
Artigo 15º Escolha do Adjudicatário.....	8
Artigo 16º Notificação da Adjudicação	8
SECÇÃO VI – Declarações e Documentos	8
Artigo 17º Documentos de habilitação.....	8
SECÇÃO VII – Disposições Finais.....	9
Artigo 18º Fundamentação da Escolha do procedimento	9
Artigo 19º Legislação Aplicável	9
Artigo 20º - Caução de Cumprimento.....	9
Artigo 21º – Modo de prestação da caução.....	9

SECÇÃO I – Disposições Gerais

Artigo 1º Objeto do Concurso

Aquisição de serviços de higiene e limpeza e fornecimento de consumíveis de casa de banho para a Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (IAPMEI) para o ano de 2024, de acordo com as condições descritas no Caderno de Encargos e respetivos Anexos.

Artigo 2º Entidade Adjudicante

A entidade Contratante é o **IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.**, adiante IAPMEI, com sede, na Rua dos Salazares, nº 842, no Porto, número de identificação fiscal 501373357, e com as instalações em Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício A, 1649 – 038 Lisboa, endereço eletrónico info@iapmei.pt, telefone (351) 213 83 60 00, fax (351) 213 83 62.

Artigo 3º Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Diretivo do IAPMEI nos termos da Informação/1354/2023/DGR-DPCP a 28 de setembro de 2023, sobre a proposta Nº 0005/SC/2023.

Artigo 4º Plataforma eletrónica

O presente concurso corre os seus termos na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, acessível através do endereço <https://www.acingov.pt>.

Artigo 5º Órgão competente para prestar esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

SECÇÃO II – Critério de Adjudicação e Preço Base

Artigo 6º Preço Base

1. O preço base para aquisição de serviços de higiene e limpeza e fornecimento de consumíveis de casa de banho é no valor global de 269.443,35€ (duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e três euros e trinta e cinco cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal exigida, dividido em **3 lotes**:

Lote 1: Serviços de higiene e limpeza até um montante máximo de 247.168,35€ (duzentos e quarenta e sete mil, cento e sessenta e oito euros, trinta e cinco cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal exigida;

Lote 2: Fornecimento de consumíveis de casa de banho até ao montante máximo de 22.275,00€ (vinte e dois mil duzentos e setenta e cinco euros), a que acresce o IVA à taxa legal exigida.

Aos concorrentes é permitida ainda a apresentação de proposta relativa à totalidade dos lotes 1 e 2 da seguinte forma:

Lote 3: Serviços de higiene e limpeza e fornecimento de consumíveis de casa de banho até um montante máximo de 269.443,35€ (duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e três euros e trinta e cinco cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal exigida repartido por duas componentes:

- a) Serviços de higiene e limpeza até um montante máximo de 247.168,35€ (duzentos e quarenta e sete mil, cento e sessenta e oito euros, trinta e cinco cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal exigida;
 - b) Fornecimento de consumíveis de casa de banho até ao montante máximo de 22.275,00€ (vinte e dois mil duzentos e setenta e cinco euros), a que acresce o IVA à taxa legal exigida.
2. O preço base fixado no presente procedimento foi determinado atendendo ao valor de referência resultante de anterior procedimento para prestações do mesmo tipo.

Artigo 7º Critério de adjudicação

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 74º do Código de Contratos Públicos:

1. O critério de adjudicação e modelo de avaliação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade monofator, densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

2. A adjudicação será efetuada ao Lote 1 e ao Lote 2 se o somatório das propostas economicamente mais vantajosas apresentadas para estes lotes for inferior à proposta economicamente mais vantajosa apresentada para o Lote 3.
3. Caso o Lote 1 e/ou o Lote 2 venham a ficar desertos não é aplicável o número anterior deste artigo, recaindo a adjudicação sobre a proposta economicamente mais vantajosa apresentada para o Lote 3.
4. Caso a proposta adjudicada para o Lote 1 e/ou para o Lote 2 venha a ser excluída ou caducar por falta de apresentação de caução ou habilitação do adjudicatário, e da subsequente alteração da ordenação de propostas resulte um somatório de adjudicação do Lote 1 e do Lote 2 superior à proposta melhor classificada para o Lote 3, não se aplica o nº2 deste artigo.

Artigo 8º Critério de desempate

Nos termos do nº 4 do artigo 74º do Código de Contratos Públicos, no pressuposto de empate na avaliação das propostas apresentadas:

1. Empate entre propostas ao Lote 1, o critério de desempate utilizado será o preço mais baixo para “Limpeza Programada Profunda - Limpeza de Vidros e Estores”;
2. Empate entre propostas ao Lote 2, o critério de desempate utilizado será o preço mais baixo para o “papel higiénico”;
3. Empate entre propostas ao Lote 3, o critério de desempate utilizado será o preço mais baixo para “Limpeza Programada Profunda - Limpeza de Vidros e Estores”;
4. Empate entre o Lote 2 e o Lote 3 (componente consumíveis), o critério de desempate utilizado será o preço mais baixo do papel higiénico;
5. Empate entre o Lote 1 e no Lote 3 (componente serviços), o critério de desempate utilizado será o preço mais baixo para “Limpeza Programada Profunda - Limpeza de Vidros e Estores”;
6. Se após aplicação dos critérios de desempate supramencionados, subsistir empate recorrer-se-á ao sorteio presencial. Nesta situação os concorrentes serão notificados da data e local da execução do sorteio de desempate.

SECÇÃO III – Propostas

Artigo 9º Modo e prazo para apresentação de propostas

1. As propostas, bem como os documentos que as integram, devem ser apresentados até às 17:00 (dezassete horas) do 30º dia após o envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.

2. O prazo fixado para a apresentação das propostas é contínuo nos termos do disposto no nº 3 do art. 470º do Código de Contratos Públicos, a contar da data do envio do anúncio do concurso público ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
3. A proposta deve ser assinada eletronicamente, bem como os documentos que a integram, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor, art. 54º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 10º Idioma dos documentos da proposta

As propostas bem como os documentos que as integram, devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de o não serem, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o Concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 11º Proposta

1. As propostas devem ser elaboradas em perfeita conformidade com as cláusulas do Caderno de Encargos o que implica o seu conhecimento e a sua aceitação total, a cujo cumprimento se obrigam.
2. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações das cláusulas do Caderno de Encargos.
3. As propostas devem ser subscritas pelos Concorrentes ou, no caso de serem subscritas por Procurador, devem ser acompanhadas da procuração que lhe confere poderes para o efeito ou pública-forma da mesma.
4. O preço é indicado em algarismos e por extenso.
5. Os Concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante o prazo de 66 dias contados desde a data-limite da entrega das propostas.

Artigo 12º Documentos que constituem a proposta

As propostas são constituídas pelos seguintes documentos:

- a) De acordo com a alínea a) do n.º 1, do Artigo 57.º do CCP, o concorrente deverá apresentar declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do referido Código.
- b) De acordo com a alínea b) do n.º 1, do Artigo 57.º do CCP, o concorrente deverá apresentar os documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução

submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

- c) Documento ou documentos Matriz de Proposta devidamente preenchida(s) e assinada(s) eletronicamente em formato PDF, em conformidade com os modelos constantes em anexo para cada Lote, disponibilizado em formato Excel.
- d) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) conforme Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016 <https://uea.publicprocurement.be/>
- e) Preenchimento da declaração de cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, 27 de abril de 2016, de acordo com modelo constante na última página do presente Programa de Concurso.

Artigo 13º Proposta com variantes

- 1. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes, considerando-se como tal, entre outras, a introdução de alterações às peças do procedimento.
- 2. O incumprimento do previsto no número anterior é fundamento de exclusão da proposta ou propostas variantes apresentadas, bem como da proposta base.

SECÇÃO IV – Análise das propostas

Artigo 14º Análise das propostas

- 1. As propostas são analisadas tendo em conta o preço apresentado, os termos, as condições e demais exigências previstas no caderno de encargos.
- 2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto no artigo 49º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d) Apresentem um preço contratual superior ao preço base por Lote;

- e) Apresentem um preço contratual superior ao preço base agregado ou superior ao preço por componente no Lote 3;
- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

SECÇÃO V – Adjudicação

Artigo 15º Escolha do Adjudicatário

A escolha do adjudicatário pela entidade competente, terá por base um relatório fundamentado (relatório final) a elaborar pelo júri do concurso, depois de cumpridas as formalidades legais.

Artigo 16º Notificação da Adjudicação

Todos os Concorrentes serão notificados em simultâneo da decisão de adjudicação em sede de plataforma eletrónica de compras públicas AcinGov.

SECÇÃO VI – Declarações e Documentos

Artigo 17º Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação referidos no artigo 81º do Código dos contratos Públicos.
2. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de o não serem, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o Concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
3. Todos os documentos de habilitação devem ser apresentados na plataforma eletrónica de compras públicas AcinGov.

SECÇÃO VII – Disposições Finais

Artigo 18º Fundamentação da Escolha do procedimento

O presente procedimento por concurso público é adotado nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 20º e dos artigos 130º e seguintes, todos do CCP.

Artigo 19º Legislação Aplicável

Em tudo o que o Programa do presente concurso for omissos observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação e regulamentação aplicável.

Artigo 20º - Caução de Cumprimento

Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações é exigido, no Lote 1 e Lote 3, ao adjudicatário a prestação de uma caução de 3% (três por cento) do total do valor do contrato.

Artigo 21º – Modo de prestação da caução

A caução deverá ser prestada mediante garantia bancária no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista no nº 2 do artigo 77º.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD)

(Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, 27 de abril de 2016)

O concorrente (nome) _____, com o NIPC _____, que apresenta proposta para o Procedimento nº DPCP2023CP18 – ***Aquisição de serviços de higiene e limpeza e fornecimento de consumíveis de casa de banho para a Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (IAPMEI), para 2024***, para IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. declara que se obriga a cumprir e a fazer cumprir o disposto no Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, no que respeita às regras relativas à proteção das pessoas singulares, ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, que entrou em vigor em 25 de Maio de 2018.

_____, ____ de _____ de 2023